

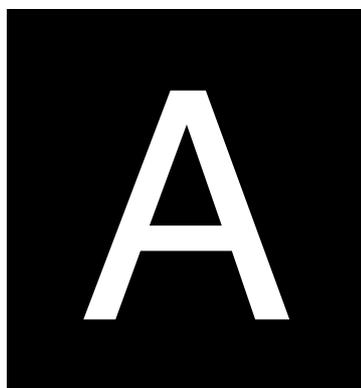


LIVRE

Liberdade - Esquerda - Europa - Ecologia

Lista candidata ao

Grupo de Contacto



Membros da Lista A, candidata ao Grupo de Contacto

André Barata
Diana Barbosa
Filipe Santos Henriques
Jorge Pinto
Margarida Assis Pacheco Bak Gordon
Maria João Pires
Maria Ofélia Passinhas Janeiro
Mariana Topa
Marisa Galiza Filipe
Patrícia Brito Mendes
Paulo Machado Freire Monteiro
Rafael Esteves Martins
Renato Miguel do Carmo
Ricardo João Gaio Alves
Rui Tavares

☒ “os membros da lista comprometem-se, individual e coletivamente, a respeitar e promover os valores, princípios e ideais do LIVRE expressos na sua Declaração de Princípios e nos seus Estatutos, bem como a respeitar os direitos, deveres e princípios de prática democrática neles constantes, e a desenvolver com zelo e lealdade atividades para a prossecução dos objetivos constantes no programa político do partido”

Segue-se o texto da Moção estratégica respectiva, bem como do Plano de trabalhos apresentado pela lista.

Moção de Estratégia Geral

1- O LIVRE, um partido para mudar a política em Portugal e na Europa

Nos passados dois meses criámos, em conjunto, mais do que um projeto de partido. Recolhemos assinaturas, escrevemos textos, deliberámos em conjunto Declaração de Princípios, Estatutos e Programa Político. Fizemos reuniões e percorremos já uma boa parte do país. O que fizemos, sobretudo, foi dar uso à democracia. O LIVRE — Liberdade, Esquerda, Europa, Ecologia — é uma experiência de participação política com valores políticos fortes e claramente ancorados, mas que fala a toda a sociedade portuguesa pelo seu empenho em alargar o leque de opções políticas para os cidadãos e promover uma mudança da governação para o país e a Europa.

É essa experiência de democracia que importa agora consolidar, promover e levar o mais longe possível. É essa a nossa intenção e o nosso programa enquanto lista de candidatos ao Grupo de Contacto do LIVRE. Reunimos um grupo de gente diversa nas proveniências, nas biografias e na experiência política. Queremos trabalhar para fazer do LIVRE um partido de gente “unida pelos ideais da esquerda e pela prática democrática”, que contribua verdadeiramente para mudar o destino anunciado de Portugal e da Europa nesta primeira grande crise do novo milénio.

Esta moção de estratégia geral refere-se ao ano de 2014 — até à realização do 1º Congresso Ordinário do partido, desejavelmente no primeiro semestre de 2015 — e foca-se especialmente nas questões relativas à criação do LIVRE enquanto partido e a alguns dos desafios que enfrentaremos nos próximos meses, em particular a partir do Grupo de Contacto. Chamamos a atenção para a necessidade de consultar os documentos submetidos a ratificação no Congresso Fundador do LIVRE para se formular uma ideia mais completa do projeto do nosso partido. Quanto ao enquadramento ideológico geral do partido, aos seus princípios, valores e ideais, os documentos de referência são a Declaração de Princípios e a Proposta de Estatutos. Nas questões relativas às propostas políticas do LIVRE, o documento de referência é o seu Programa Político — “Um programa progressista para Portugal, a Europa e o mundo” —, que inclui a visão, os objetivos, os pilares da ação, as políticas e a missão do LIVRE. Para o posicionamento perante as eleições europeias de maio próximo, deve consultar-se a moção respetiva que será submetida a aprovação no Congresso.

É nesses documentos que se encontrará a exigência de um partido que, posicionado no meio da esquerda, contribua para mudar decisivamente a governação em Portugal e contribuir para a construção de um movimento progressista na Europa, plural e amplo, que mude também a governação da União. Encontrar-se-á também a importância de trazer de novo para a esquerda um discurso sobre a Liberdade, entendida como espaço de autonomia e auto-realização, não só pessoal como também coletiva. Encontrar-se-á o compromisso com as questões da justiça social, do desenvolvimento económico e da reconstrução de uma noção de progresso que fazem parte do património da Esquerda. Encontrar-se-á a exigência da construção de uma Democracia Europeia fundada nos princípios do respeito da dignidade da pessoa humana, da defesa do estado de direito e dos direitos fundamentais dos cidadãos e da coesão e solidariedade entre os seus estados-membros. Finalmente, o LIVRE, como partido que tem na Ecologia um dos seus pilares, fez também nesses documentos prova do seu empenho em promover e privilegiar as discussões relativas ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Reconhecemos a transversalidade da temática do ambiente e assumimos o compromisso de, em todas as áreas, e contrariamente ao que muitas vezes acontece, dar a mesma importância ao fator ambiental em comparação com os outros fatores, nomeadamente o económico.

A presente lista candidata-se ao Grupo de Contacto do LIVRE profundamente imbuída do espírito de participação e deliberação que levou a esses documentos fundadores do nosso partido. Estamos individual e coletivamente empenhados em levar à prática esse espírito e em concretizar os objetivos do LIVRE, num ambiente de cooperação com os outros órgãos do partido e, em particular, com a Assembleia, como órgão máximo entre Congressos e parlamento do partido, e o Conselho de Jurisdição, como instância de controle, de ética e de arbitragem. Partilhamos todos a vontade de criar um partido que facilite a ação política do cidadão comum, começando por uma prática viva de democracia interna e prolongando-a numa exigência de qualificação do debate público na sociedade portuguesa e europeia. Por fim, queremos inovar e trazer abertura e participação à prática partidária, tão desgastada no nosso país, ao mesmo tempo que queremos preservar as conquistas democráticas do 25 de Abril, em que nos revemos e nas quais nos filiamos. É para poder comemorar sempre essas conquistas e renová-las a cada dia que nós todos, membros e apoiantes do LIVRE, nos decidimos a ter atividade partidária. É também pelas mesmas razões que nos apresentamos a desempenhar no Grupo de Contacto as funções que a ele são atribuídas pelos estatutos.

Portugal encontra-se num caminho que não queremos. A situação endividada do país tem forçado um caminho que confronta vastos setores da sociedade portuguesa com a degradação abrupta das suas condições de vida e com o horizonte próximo da pobreza. A esta difícil circunstância económico-financeira soma-se um ideário anti-progressista que vê na “crise”, e na presunção de um

“estado de necessidade”, a oportunidade certa para inverter uma trajetória de desenvolvimento social, que, no fundamental, era a escolha impressa na Constituição portuguesa.

É tempo de pôr definitivamente a claro que a propalada necessidade encobre uma outra escolha, fundamentalmente assente na convicção da bondade de uma política de deterioração social. Querem fazer-nos crer que apenas uma existência precária das pessoas e das famílias na sociedade portuguesa evitará doravante um colapso coletivo. Toma-se como natural o aumento das desigualdades, como mais competitiva a ausência de proteção no trabalho, como razoável o desmantelamento dos bens comuns da sociedade portuguesa. A destruição em curso do Estado Social é elucidativa. Está longe de ser apenas fruto das dificuldades financeiras por que passa o país. É essencialmente uma escolha motivada por uma convicção errada. A exposição das pessoas à falta de proteção não cria uma sociedade de oportunidades. Pelo contrário, concentra as oportunidades em cada vez menos pessoas, atirando cada vez mais pessoas para uma vida pautada pela ausência de oportunidades.

Enquanto nos governar esta outra escolha, adversa aos valores da Constituição e ao desenvolvimento do país, enquanto não a desmascarmos como escolha por uma sociedade injusta, imposta à revelia, também não nos livraremos da necessidade que lhe serve de justificação.

2. A democracia que queremos, fora e dentro do LIVRE

Se a necessidade económica, com as escolhas que encobre, tem sido convincente, é também porque para ela tem concorrido o estiolamento da vida democrática do país, dentro e fora dos partidos. Embora os partidos se apresentem a sufrágio universal com listas de candidatos, habitualmente resultado de intensas negociações internas, e um programa de ação política para a governação, é, todavia, cada vez mais frequente os eleitores verem partes significativas dos programas não serem cumpridos e muitas vezes adotadas medidas manifestamente contrárias aos programas políticos sufragados.

Restaurar os direitos e as virtudes da escolha democrática, inclusiva e agregadora, é ingrediente crucial para que seja restaurada a prioridade da política sobre a economia e para que o país possa retomar a condução soberana do seu destino.

Contra a resignação e a descrença, defendemos que a virtude da democracia está tanto em respeitar a opinião e o juízo das consciências como mobilizar as suas inteligências. A democracia é o dispositivo criativo mais eficaz da

República. É o modelo de governo da sociedade que melhor soube opor-se, na história das nações, aos sistemas políticos autocráticos ou oligárquicos.

É nessa convicção bem fundada, e no mais estrito acordo com os documentos fundadores do LIVRE, que promoveremos a democracia dentro e fora das estruturas do partido. Queremos mudar a maneira de fazer política em Portugal mostrando que é possível fazê-la de maneira diferente e mais capacitadora.

É objetivo prioritário deste Grupo de Contacto a introdução massiva da democracia deliberativa no quotidiano do LIVRE. Para isso, implementar-se-ão práticas da reflexão e de deliberação, presencial ou *online*, em articulação com a atividade dos Círculos Temáticos, Núcleos Territoriais e Grupos de Trabalho. Nos seus processos deliberativos, proporcionar-se-á a maior abertura possível à sociedade, alargando os debates do LIVRE além da sua base de membros e apoiantes, neles envolvendo mesmo as consciências mais críticas. À melhor deliberação faz tanta falta estar informada como ser acompanhada de discussão crítica.

Este modelo democrático deverá garantir a todos os cidadãos a plenitude dos seus direitos de cidadania e participação nas várias instituições de acesso eleitoral universal, independentemente da sua carreira partidária. O LIVRE apresenta-se à sociedade como uma plataforma de comunicação direta entre as populações e as instituições democráticas, aberta a todos os cidadãos.

O princípio de eleições primárias abertas, estatutariamente consagrado, procurará satisfazer dois desígnios. Por um lado, prevenir a arbitrariedade e a falta de clareza na escolha dos candidatos do LIVRE, submetendo-os a escolha democrática, sendo para isso garantidas condições para o debate público de candidaturas. Por outro lado, abrir o partido à sociedade, propiciando a candidatura de cidadãos não filiados que se reconheçam no espírito das moções eleitorais do LIVRE. Julgamos poder combater assim o sequestro da democracia pelas elites e promover uma cultura política de meritocracia. Não deixaremos de promover a maior extensão possível desta ideia à generalidade dos cargos públicos, como forma de envolver os cidadãos no regime democrático.

Longe do tempo em que representação era o limite da participação, na era tecnológica em que vivemos não há nenhuma boa razão democrática para que representação e participação não se imbriquem a toda a extensão. Aonde uma for, a outra pode ir. Fazer democracia deliberativa assim é fazer da democracia uma experiência renovada, em contraste com o formalismo sem substância como vai sendo percebida de modo cada vez mais preocupante a democracia no presente tempo. Pretende-se no LIVRE um profundo e rigoroso compromisso de responsabilização e transparência na sua atuação, posições assumidas e decisões tomadas, perante os seus eleitores, apoiantes e

membros reconhecidos, como elementos fundamentais e ao serviço do qual o partido desenvolverá a sua ação política no cumprimento das expectativas suscitadas no seu programa.

3. A organização do LIVRE e consolidação da sua presença junto da sociedade portuguesa.

A organização do LIVRE para lá dos seus estritos órgãos eletivos é uma tarefa imediata que se coloca ao Grupo de Contacto e à Assembleia, designadamente através da:

- i) concatenação dos Círculos Temáticos já existentes com outros que se venham a constituir e com o próprio Grupo de Contacto;
- ii) criação de Grupos de Trabalho, mediante aprovação em Assembleia, que, encarregando-se de dimensões operacionais e executivas, se articularão com o Grupo de Contacto.

Por outro lado, a instalação do LIVRE na sociedade portuguesa é um desafio central para o seu primeiro Grupo de Contacto. Uma ampla abertura do LIVRE às comunidades exige um forte esforço para a constituição de núcleos territoriais em todas as regiões do país. O sucesso desta meta é a melhor garantia para a formação de uma base eleitoral expressiva. Este esforço do Grupo de Contacto será articulado com um futuro Grupo de Trabalho ligado às questões de organização do LIVRE.

É expectável que a abertura do LIVRE às comunidades seja correspondida por uma abertura da sociedade, especialmente nas suas instâncias de debate público, ao LIVRE. É, por isso, importante objetivo deste Grupo de Contacto promover a inclusão do LIVRE no debate público nacional, regional e local, seja nos órgãos de comunicação, seja em outros espaços de formação e expressão da opinião pública. Este dinamismo da participação e intervenção do LIVRE deverá, contudo, fazer-se no cumprimento, sempre que exequível, do princípio da subsidiariedade.

O LIVRE considera que a convergência entre os diversos partidos e movimentos de esquerda representa um dos objetivos fundamentais da sua atuação política. Tal como defendemos no “Roteiro para a Convergência”, entendemos que todas as forças políticas de esquerda devem ser incluídas neste processo de debate, aberto a diferentes perspetivas e a todas as pessoas que se posicionam neste espectro político. É tempo de estas forças se entenderem em torno de um projeto político comum capaz de transcender pequenas diferenças e obstáculos artificiais. O nosso povo é merecedor de uma esquerda à sua altura, com capacidade de mobilizar o protesto nas ruas e de aliar à ação coletiva a construção de um programa congregador para a

recuperação e o desenvolvimento social e económico do país. O futuro de Portugal é demasiado importante para que as resistências e as teimosias ao entendimento continuem a ser dominantes. É preciso romper de vez com o habitual e o previsível, romper com as mesmas rotinas discursivas e os taticismos reincidentes. É preciso uma nova atitude que não tema a discordância e a troca de argumentos, encarando-os, ao invés, como fazendo parte de um processo coletivo que vise a construção de uma real alternativa política e de governação.

4. Eleições europeias, legislativas e referendo sobre adoção e coadoção

No curso do mandato do Grupo de Contacto decorrerão duas eleições de grande importância para o país. As eleições europeias, já em maio de 2014, e, no ano seguinte, as eleições legislativas. Entre estas duas eleições, se o Tribunal Constitucional ou o Presidente da República não o impedirem, haverá ainda o referendo sobre a adoção e coadoção por casais do mesmo sexo.

No plano nacional, e ao fim de 40 anos de democracia, as eleições legislativas de 2015 serão a prova de fogo para a Constituição da República Portuguesa. Ou se alcança um arco constitucional que impeça um processo de revisão constitucional que, na verdade, será mais uma substituição constitucional, ou estará em causa, em virtude dessa substituição, a identidade do regime que a liberdade escolheu para Portugal. Defender e atualizar os valores e princípios da Constituição, como património do Portugal moderno, é o nosso principal objetivo estratégico para estas eleições. Comprometemo-nos a envidar todos os esforços políticos junto a outras forças, movimentos e sensibilidades políticos no sentido da composição de um arco em defesa da Constituição.

Como em Portugal, mais e melhor democracia é a saída para os impasses com que a União Europeia se debate. Trata-se de conferir capacidade legislativa genuína ao Parlamento Europeu, conferir uma legitimidade democrática direta ao Conselho da União Europeia, estabelecer de forma equilibrada o princípio das duas câmaras fortemente legitimadas, junto com a própria Comissão Europeia e a sua presidência, pelo voto dos cidadãos europeus. Estes são momentos centrais de um programa de democratização da União Europeia que devolva a prioridade da escolha dos cidadãos sobre as alegadas necessidades da ordem financeira.

Programaticamente, em ambas as eleições defenderemos um núcleo central de ideias que visam opor às políticas de austeridade e de desvalorização económica, a retoma de uma política de desenvolvimento baseada no conhecimento e na inovação e, portanto, também na qualificação e na inclusão, sob a designação de "memorando de desenvolvimento".

Caso o referendo ao direito de adoção e coadoção por casais do mesmo sexo venha a ser juridicamente admitido pelo Tribunal Constitucional e politicamente apoiado pelo Presidente da República, este Grupo de Contacto deverá posicionar-se no quadro dos valores do LIVRE, plasmados na sua Declaração de Princípios, sem, com isto, entrar na esfera da livre consciência dos cidadãos. Consideramos formalmente incorreta e substancialmente enganosa a junção das problemáticas da adoção e da coadoção. Além de reconhecermos, dentro dos valores da equidade e não discriminação, o direito à adoção por casais do mesmo sexo, defenderemos intransigentemente o seu direito à coadoção com base no argumento de que se trata de reconhecer e proteger legalmente crianças dentro de relacionamentos familiares existentes e que, de outro modo, ficariam expostas a um risco social inaceitável.

5. Frente Progressista

Estamos a assistir em alguns países do sul da Europa, no qual se inclui Portugal, a uma regressão civilizacional no que diz respeito aos direitos fundamentais, ao desenvolvimento humano, às conquistas sociais que se foram institucionalizando por via da consolidação do Estado de Direito e do Estado Social. Esta regressão contrasta com as décadas consecutivas em que a Europa conheceu um crescimento económico progressivo e com direitos que se foram conquistando. A generalização do bem-estar social, a diminuição das desigualdades e da pobreza e o aprofundamento das liberdades individuais tornaram-se, ao longo dos séculos XIX e XX, as grandes bandeiras unificadoras dos movimentos e partidos progressistas.

Face ao impacto devastador da atual crise económico-financeira é hora de retomar e aprofundar uma perspetiva progressista reconfigurada para o século XXI, baseada numa economia sustentável e inclusiva, mas que volte a dar aos Estados o poder de regular os mercados financeiros, que ficaram sem controle desde que as políticas ultraliberais se implementaram na Europa e no Mundo. A esquerda tem novamente de mobilizar as vontades individuais e coletivas, apontando para fins concretos de ação.

Esta lista candidata-se a Grupo de Contacto do LIVRE com o intuito claro de edificar uma frente progressista que proponha um efetivo “memorando de desenvolvimento” assente nos princípios da redistribuição, da justiça social, da provisão pública e da capacitação das populações. Frente progressista não se trata de mais um jargão da esquerda, mas de um efetivo plano de ação para resgatar Portugal do abismo recessivo em que nos enfiaram. Esta frente deverá alicerçar-se na luta política diária, nos diálogos que empreende com os outros agentes políticos, nas propostas que se avançam, nos debates que se dinamizam em conjunto.

6. O que podemos fazer para mudar as coisas

O LIVRE é um partido que se preocupa primeiro com a condição humana, e que quer inverter o discurso dominante que coloca os mercados à frente das pessoas. O LIVRE será pois um partido à escala do cidadão, que deseja facilitar a ação política de quem não é um profissional da política e pretende chegar a todos e com todos encontrar soluções. Promovendo debates, grupos de colaboração e projetos de trocas de serviços. As plataformas *online* poderão ser um instrumento importante, mas também pretendemos reanimar plataformas de debate junto das comunidades e dos quotidianos locais. Pretendemos dar primazia ao direito à cidade na vida de todos os dias. Queremos trazer de volta a exigência ética e cívica à política e trazer os cidadãos à sua participação. Só com o envolvimento de todos poderemos progredir.

As nossas preocupações são diversas e sobre elas o LIVRE compromete-se a suscitar o debate na procura das mais variadas propostas e soluções. Entendemos que a participação não pode continuar a ser vista como um obstáculo à decisão e à ação política. Para tal é imprescindível construir compromissos entre diferentes interesses e posições em torno de objetivos e fins congregadores. Não rejeitamos os compromissos políticos que resultem de um profundo e intenso debate de ideias e de perspetivas.

Para que Portugal possa ter um futuro decente temos de garantir um presente viável, valorizando o trabalho das pessoas e o esforço de todos na resolução dos problemas diários que afetam as famílias, as empresas e as comunidades. O empenhamento coletivo para o futuro do país passa por essa valorização dos modos de fazer e das soluções encontradas nos mais variados contextos e situações. A ação política não se pode arredar e desfazer da política da vida. O LIVRE tentará ser fiel a este princípio fundamental de orientação da sua atividade política e cívica.

A lista ao Grupo de Contacto que aqui se apresenta exprime a candidatura de um grupo de membros do LIVRE, pessoas que têm estado, desde a primeira hora, empenhadas na formação desta nova força política e da sua forma nova de fazer política. O tempo que vivemos, dentro e fora do país, como dentro e fora das forças políticas, é um tempo de grande incapacidade democrática. Contra isto, é preciso construir um partido que se proponha a contribuir para mudar a política em Portugal e na Europa.

O nosso compromisso com todos os membros e apoiantes do LIVRE será o de prosseguir a invenção de uma maneira diferente de ser partido. E essa diferença reside não só na estrutura organizativa mas também no ambiente político por ela proporcionado a cidadãos que querem estar politicamente ativos, num tempo em que a mudança urge mas a capacidade democrática

escasseia. Por isso, o nosso compromisso é também com todos os portugueses.

No contexto português, e europeu, "mudança" é hoje uma palavra que se apresenta fraca e desprovida do significado que lhe subjaz. Foi remetida ao descrédito, junto com a desmobilização de que o LIVRE no seu todo escolheu deixar de fazer parte.

Acreditamos que o lugar da política é feito pela palavra e por isso não temos medo do seu uso, mesmo que seja preciso renovar uma força entretanto remetida ao silêncio e à apatia. Mas também damos importância à ação, à concretização da palavra em plataformas de atuação que visem a transformação estrutural dos males e dos desequilíbrios que teimam em persistir nos mais variados setores da nossa sociedade. É tempo de libertar o país dos interesses indecentes e dos poderes invisíveis e deturpadores do bem comum. O LIVRE foi convocado pela diferença e agora pedimos que se juntem a nós e a uma mudança por todos querida. Construiremos um partido para mudar a política em Portugal e na Europa.

*

* *

Plano de Trabalho para o Grupo de Contacto

Até à Iª Assembleia (finais de fevereiro 2014):

- Transição de dossiers a partir da Comissão Instaladora.
- Finalização do processo de registo e legalização do partido junto do Tribunal Constitucional.
- Organização de documentação, contas e orçamento do partido; pedido de informações junto ao Tribunal de Contas e criação de códigos de conduta respeitantes à contabilidade.
- Criação de condições de funcionamento para os órgãos do LIVRE, em particular a Assembleia e o Conselho de Jurisdição.
- Após a conclusão do processo de legalização, pedido de um parecer ao Conselho de Jurisdição sobre a compatibilização entre os estatutos, que então serão definitivos, e as deliberações do Congresso Fundador. Tomamos este parecer como vinculativo e as suas recomendações terão impacto sobre a realização e ordem de trabalhos do Iº Congresso Ordinário do LIVRE (contagem a partir da legalização, para distinguir do Congresso Fundador), a organizar possivelmente no primeiro semestre de 2015.
- Implementação das decisões do Congresso, em particular em relação à criação de Círculos Temáticos e fundação de Núcleos Territoriais.
- Trabalhos de prospeção e consultas para o estabelecimento de uma possível Sede do LIVRE.
- Estabelecimento de ciclos de comunicação interna para resposta à atualidade política, incluindo a realização de consultas aos membros sobre temas específicos.
- Realização regular de debates LIVRE através do sistema GoogleHangouts já usado para os debates da diáspora.
- Preparação do Programa Eleitoral Europeu do LIVRE.
- Preparação do regulamento para as Primárias Abertas para as eleições ao Parlamento Europeu.

Até à IIª Assembleia (provavelmente a organizar durante o mês de junho 2014):

- Realização de contactos dentro e fora do partido para o processo de reflexão europeu. Criação de um estatuto do “crítico” do partido — ou seja, estabelecimento de uma rede de especialistas voluntários e peritos exteriores ao partido, que não sejam membros nem apoiantes, e que desejem dar pareceres e análises avalizadas sobre documentos e/ou atividades do partido. Anualmente realizar-se-ia uma “Assembleia de críticos”, em calendário a determinar.
- Preparação de processos de consulta aos membros e apoiantes, e eventualmente referendos internos, em caso de necessidade de tomadas de decisão sobre a candidatura ao Parlamento Europeu e, ulteriormente, possíveis tomadas de posição sobre as candidaturas à Presidência da Comissão Europeia.
- Realização dos debates e do processo de reflexão das primárias abertas para as eleições ao Parlamento Europeu.
- Campanha de informação e mobilização para as eleições ao Parlamento Europeu.

- Após a realização do ato eleitoral, início do processo de consultas e reflexão sobre a participação do LIVRE e os resultados das eleições, a culminar na análise a realizar na IIª Assembleia.
- Participação da iniciativa de *rentrée* do LIVRE, intitulada “Os Setembristas”, que lançará o processo de reflexão sobre o país tendente à participação do LIVRE em eleições legislativas. Esta iniciativa terá lugar no interior do país, em local a designar, e aí será também realizada a IIIª Assembleia.
- Em caso de realização do referendo sobre a co-adoção e a adoção por casais do mesmo sexo, mobilização geral do partido para participação em iniciativas de unidade com organização partidárias e da sociedade civil, bem como de cidadãos individuais, pelo Sim no referendo.
- Apoio ao desenvolvimento da plataforma LIVRE na Diáspora, contribuindo para uma maior participação cívica e política dos portugueses emigrados e espalhados pelo mundo.

Entre a IIIª e a IVª assembleias (ou seja, entre a *rentrée* e o fim do ano de 2014):

- Realização de “Os Setembristas”, com a duração desejável de um fim-de-semana, período de debates e deliberações abertas à sociedade, incluindo a realização de reuniões de Círculos Temáticos e de uma Assembleia de Núcleos.
- Estabelecimento de uma agenda de contactos contínuos com partidos e associações políticas de esquerda, na implementação das propostas do “Roteiro para a Convergência”.
- Lançamento de um fórum contínuo dedicado à discussão do “Memorando de Desenvolvimento” como esteio central do programa para o país, incluindo na preparação para o programa às eleições legislativas.
- Realização de debates sobre a criação de uma “Frente Progressista” para uma nova governação em Portugal.
- Preparação de um meio de comunicação regular do LIVRE, de modo a informar detalhadamente os membros e simpatizantes do LIVRE sobre as propostas e atividades do mesmo.
- Estabelecimento de um programa de integração entre atividades políticas e culturais/lúdicas, a ser aprovado pela Assembleia.
- Realização de consultas para os temas a debater e deliberar no Iº Congresso do LIVRE (contagem a partir da legalização), além da obrigação estatutária de deliberar sobre as Eleições Legislativas desse ano com aprovação de respetiva moção e possibilidade de realizar alterações estatutárias e/ou novas eleições de órgãos do partido, a partir de um parecer do Conselho de Jurisdição relativo à calendarização da legalização do LIVRE, que acontecerá só depois do Congresso Fundador.

Realização do Iº Congresso Ordinário do LIVRE (primeiro semestre de 2015) com apresentação de um novo programa de trabalho por parte do Grupo de Contacto.